

Encargo da dívida sobe 22%

■ Tesouro gastou R\$ 6,4 bilhões com juros e correção monetária até o mês passado

ALEXANDRE PINHEIRO

BRASÍLIA — Em apenas três meses deste ano, o Tesouro Nacional gastou R\$ 6,460 bilhões com o pagamento de juros e correção monetária e cambial da dívida pública. Essa despesa cresceu 22% em relação ao primeiro trimestre do ano passado. Para se ter uma idéia do que isso representa, os gastos com juros neste ano equivalem a quase sete vezes a verba destinada ao Ministério da Reforma Agrária.

Os encargos da dívida pagos de janeiro a março são 12% superiores que a arrecadação prevista para a Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF), o imposto sobre cheque, em 1997. Representam também 54% do orçamento anual da Saúde.

As despesas com juros contribuíram para o Tesouro registrar um déficit de R\$ 4,464 bilhões nos primeiros três meses do ano. O resultado é 79% maior do que o registrado no mesmo período de 1996. Em março, a diferença entre as receitas e todas as despesas foi de R\$ 609 milhões.

Juros — “Os juros que se pagam hoje são o preço do excesso de gastos do passado”, comentou Eduardo Guimarães, secretário do Tesouro. Esse passado não é, contudo, muito remoto. Em janeiro de

1995, quando o presidente Fernando Henrique Cardoso tomou posse e sete meses após o lançamento do Real, a dívida pública era de R\$ 81,9 bilhões. Parte do crescimento de 69,6% que elevou a dívida do Tesouro para os atuais R\$ 139 bilhões é fruto da política de juros altos adotada pelo governo para combater a inflação.

Parte do resultado das contas públicas no trimestre foi creditada por Guimarães a uma queda de receita em março. No mês passado, o Tesouro arrecadou R\$ 9,328 bilhões. O montante ficou R\$ 1,9 bilhão menor que em março de 1996. A causa foi uma mudança nas regras de pagamento do Imposto de Renda das empresas.

Com a redução das receitas, o resultado primário (exclui os gastos com a dívida) de março ficou positivo em R\$ 1,484 bilhão ante um superávit de R\$ 4,145 bilhões obtido no mesmo mês do ano passado. “Isso não significa uma piora da questão fiscal”, sustenta Guimarães. O secretário reiterou a meta do governo de alcançar superávit primário equivalente a 1,5% do Produto Interno Bruto em 1997.

Saúde — O Tesouro desembolsou R\$ 901 milhões para a Saúde em março. O aumento de 38,6% no gasto mensal em relação ao ano passado já é consequência do reco-

As contas

(Em R\$ bilhões)

	Jan-Mar 1996	1997	Variação
■ Receita total	25,649	25,721	+ 0,2%
■ Despesa total	22,851	23,725	+ 3,8%
Transferências constitucionais	5,304	5,874	+ 10,7%
Pessoal e encargos	11,499	10,572	- 8,0%
Outros custeios e investimento	3,232	4,015	+ 24,2%
■ Resultado primário	2,798	1,996	-28,6%
■ Resultado operacional	-0,144	-0,766	+ 431,9%
■ Resultado nominal	-2,495	-4,464	+ 78,9%

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

lhimento da CPMF. Com pessoal, as despesas do governo no mês ficaram em R\$ 3,079 bilhões e caíram quando comparadas aos R\$ 3,314 bilhões gastos no mesmo período de 1996.

O secretário do Tesouro anunciou também que uma portaria assinada pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan, vai garantir o repasse de 100% dos recursos previstos no Orçamento para as despesas dos ministérios e órgãos do governo entre janeiro e abril. Neste mês, a medida vai significar uma despesa

de cerca de R\$ 2,4 bilhões com custeio e investimentos, para compensar cortes feitos nos três meses anteriores.

De acordo com Guimarães, Malan vai definir a cada bimestre se as dotações orçamentárias serão ou não cumpridas integralmente, de acordo com os resultados fiscais anteriores. “Ao invés de o Tesouro adiar as liberações, isso vai ser definido por portarias do ministro”, disse o secretário. Na prática, o Tesouro vai antecipar o controle hoje feito na boca do caixa.